

Na reforma agrária e anistia já há acordo

Um esboço do substitutivo que está sendo elaborado pela equipe de relatores adjuntos conjuntamente com o relator Bernardo Cabral (PMDB/AM), será encaminhado primeiramente à liderança do PMDB já na próxima segunda-feira, dia 17, e somente no dia 20 um boneco mais completo cairá nas mãos do presidente Ulysses Guimarães para ser negociado e discutido com as lideranças dos demais partidos. Esta decisão foi confirmada ontem pelo senador Fernando Henrique Cardoso, um dos adjuntos, após reunião do grupo com o relator Bernardo Cabral e Ulysses Guimarães, na sede do Banco do Brasil.

Nesta reunião, os relatores conseguiram adiantar alguns pontos polêmicos que farão parte do novo texto, como a anistia, que não será extinta, e beneficiará todos os punidos não anistiados até hoje, entre eles cabos, soldados e marinheiros. Os militares cassados não serão reintegrados nem receberão indenizações retroativas, mas serão anistiados e passarão à reserva remunerada automaticamente, com direito às promoções por mérito que teriam se tivessem permanecido na ativa, recebendo os salários correspondentes. Esta fórmula foi apresentada pelo senador Agripino Maia (PFL/RN), do Grupo Consenso. "Esta é nossa única alternativa", desabafou um dos relatores.

O relator Bernardo Cabral estava particularmente entusiasmado com a possibilidade de consenso sobre outros pontos polêmicos, dentre eles a difícil reforma agrária, a estabilidade no emprego, e sistema de governo, que deverá ser uma fórmula mais parlamentarista que a proposta do projeto atual.

Neste processo de negociações intensas entre os vários grupos nos últimos dias, Bernardo Cabral revelou que até mesmo representantes da UDR participaram, o que permitiu se chegar à seguinte proposta sobre reforma agrária: será mantida a imissão imediata de posse, mas o proprietário que tiver terras desapropriadas pela União terá o direito de recorrer à Justiça Agrária, que deverá arbitrar a questão.

CONTRIBUIÇÕES

Quando à estabilidade, a alternativa de mecanismos para assegurar o emprego foi encontrada pelo ministro do Trabalho, Almir Pazianotto. Como está no projeto atual, a estabilidade após 90 dias de experiência vai mesmo cair, mas no novo substitutivo foi substituída com a instituição de indenizações que aumentam progressivamente de acordo com o tempo de serviço dos trabalhadores, no caso de serem demitidos sem justa causa comprovada judicialmente.

Para amarrar o texto final do

substitutivo que chegará ao plenário no próximo dia 23 os relatores adjuntos — Fernando Henrique Cardoso, José Ignácio Ferreira, Wilson Martins, Nelson Jobim, Adolpho de Oliveira, e Bernardo Cabral — estão trabalhando a partir de 5 textos básicos.

Dois propostas de Constituição foram elaboradas pelos assessores jurídicos de apoio da Câmara e Senado, separando as matérias constitucionais e de legislação ordinária e complementar. Um esboço do próprio relator Bernardo Cabral, o substitutivo denominado "Hércules", resultado da fusão do trabalho do Grupo dos 32 — coordenado pelo senador José Richa — e do Grupo Consenso, coordenado por Euclides Scalco. O último, é o atual projeto, que está sendo comparado com as demais contribuições.

Mesmo com o encaminhamento dos trabalhos aos relatores — o Icaro e o Hércules — os grupos irão apresentar hoje estas duas sugestões de substitutivo divididos em milhares de emendas à Comissão de Sistematização, já que não sabem ainda o que será aproveitado por Bernardo Cabral no projeto oficial. Desta forma podem garantir a aprovação de outros pontos em plenário, com a votação de emendas de destaque.

As reuniões dos relatores na sede do Banco do Brasil, em Brasília, serão mantidas até a fase final de apresentação do substitutivo.

Custos é que vão definir a anistia

Quanto custaria aos cofres públicos a aprovação da proposta do senador José Agripino (PFL-RN) para a anistia? A resposta definirá se o "Grupo dos 32", coordenado pelo senador José Richa (PMDB-PR), apoiará ou não o texto, que prevê a promoção por mérito dos militares punidos por motivos políticos, o que implica, segundo o senador Virgílio Távora (PDS-CE), em indenização a partir de 1985. A redação, conforme informou Agripino, tem o aval do "Grupo do Consenso", liderado pelo deputado Euclides Scalco (PMDB-PR), e resultou de amplas consultas à classe política, aos militares e aos cassados.

A proposta de Agripino não prevê a reintegração dos punidos, nem o ressarcimento integral e nem a possibilidade de ascensão ao generalato porque, segundo o senador, "esses temas não passaram". Ela concede "anistia ampla, geral e irrestrita a todos os que, no período de 18 de setembro de 1946, até a data da promulgação desta Constituição, foram atingidos, em decorrência de motivação exclusivamente política, por qualquer diploma legal, atos institucionais, complementares ou administrativos, e aos que foram abrangidos pelo Decreto legislativo nº 18, de 15 de dezembro de 1961, bem como os atingidos pelo Decreto nº 864, de 12 de setembro de 1969, asseguradas as promoções por mérito ou antiguidade, na aposentadoria ou na reserva, ao cargo, posto ou graduação, de conformidade com as leis e regulamentos vigentes". Prevê, também pensão para os cassados que tinham mandato executivo ou legislativo.

PROMOÇÕES

O texto avança em relação à emenda nº 26, de 1985, ao admitir as promoções por mérito, o que beneficiará, segundo Agripino, os cabos, soldados e sargentos, já que os oficiais foram promovidos até o final da carreira. Considerada pelo "Grupo dos 32" "razoavelmente aceitável", de acordo com Távora, a fórmula de Agripino, entretanto, somente receberá a concordância do bloco de Richa após a informação sobre o custo, que acarretará à União.

— Vamos quantificar, para podermos saber o que estamos fazendo. Se for muito dinheiro, o Governo não quer decidir primeiro, os líderes do Governo que encaminhem a questão — disse Távora.

CUSTOS

O senador Agripino informou na final da tarde de ontem que iria indagar aos ministérios militares sobre os custos, para o prosseguimento das negociações com o "Grupo dos 32". Agripino disse que conversou com militares, com os punidos, com representantes do PT, do PDT, do PCB, do PSB, do PDS, do PFL e "com diversos segmentos do PMDB", e que sua preocupação principal é a de evitar a bipolarização.

Há muitas emendas supressivas ao projeto constitucional, para acabar com o ressarcimento e a reintegração. Se houver bipolarização, é possível que se aprove uma emenda supressiva, e que o Constituinte não promova nenhum avanço em relação à emenda 26. Temos que evitar ficar entre o 8 e o 80, conseguindo uma fórmula alternativa que signifique um avanço palatável e aceitável pela classe política.

PENSÃO

A proposta de Agripino prevê ainda que todos os que tiveram direitos políticos suspensos pelos atos institucionais, no exercício de mandatos eletivos, contarão, para efeito de pensão, junto aos institutos de pensões das Casas Legislativas a que pertenciam ou junto aos institutos de pensões dos estados onde exerciam mandatos executivos, o período compreendido entre a data de suspensão de direitos políticos e cassação do mandato e a data de expiração do respectivo mandato. Ela não será apresentada hoje, mas somente no próximo período destinado ao encaminhamento de emendas — a partir do dia 25. Isto porque, segundo Agripino, a prudência indica que é melhor aguardar o substitutivo de Cabral.

UMA ESTIMATIVA

Se a Constituinte aprovar a proposta de anistia defendida pela esquerda, o País gastará cerca de C\$ 11 bilhões com o pagamento dos salários atrasados a que os cassados teriam direito se houvessem permanecido em atividade.

A previsão, contida em um documento elaborado pela Associação de Militares Cassados, discrimina as despesas com o pagamento dos atrasados da seguinte forma:

Funcionários (1200)	C\$ 1,9 bilhão
Autoridades (200)	C\$ 400 milhões
Petrobrás (620)	C\$ 1,1 bilhão
Parlamentares (410)	C\$ 800 milhões
Marinha (1197)	C\$ 3 bilhões
Exército	C\$ 1,1 bilhão
Aeronáutica	C\$ 1,1 bilhão
Total	C\$ 9,4 bilhões

★ Com base nesses cálculos, o documento aponta a cifra de C\$ 11 bilhões como "previsão máxima" de despesas com indenizações. O bilhão a mais é justificado como "margem de segurança".

AS MUDANÇAS FEITAS PELO RELATOR

O QUE DIZ O ATUAL PROJETO	AS PROPOSTAS DO SUBSTITUTIVO
ANISTIA — É concedida anistia ampla, geral e irrestrita a todos os que, no período de 18 de setembro de 1946, até a data da promulgação desta Constituição, foram atingidos em decorrência de motivação exclusivamente política, por qualquer diploma legal, atos institucionais, complementares ou administrativos, e aos que foram abrangidos pelo DL nº 18, de dezembro de 1961, bem como os atingidos pelo DL nº 864, de setembro de 1969, assegurada a reintegração com todos os direitos e vantagens inerentes ao efetivo exercício.	ANISTIA — A proposta de anistia que irá figurar no texto do Substitutivo será mais restrita, mas o assunto não será ignorado como querem os conservadores como o deputado Nilson Gibson (PMDB/PE). Nos moldes da anistia concedida aos oficiais militares em 1985, todas as categorias não atingidas pelo benefício até agora, como cabos, soldados e marinheiros em geral serão anistiados, passando para a reserva remunerada automaticamente. Apesar de não prever a reintegração e o pagamento de indenizações retroativas, os beneficiados terão direito às promoções que teriam se tivessem permanecido na ativa e continuarão recebendo salários correspondentes aos postos que conseguirem atingir, na reserva.
ESTABILIDADE — É garantida a estabilidade no emprego após o contrato de experiência de 90 dias, podendo ser quebrada com a ocorrência de falta grave comprovada judicialmente, nos contatos a termo, não superiores a dois anos nos casos de transitoriedade dos serviços ou das atividades da empresa (as de prestação de serviços, por exemplo), superveniência de fato econômico intransponível, técnico ou de infortúnio da empresa comprovado judicialmente. Nestes casos de desemprego involuntário, prevê-se o seguro desemprego.	ESTABILIDADE — Ao contrário do que se previa, a estabilidade no emprego para os trabalhadores não será totalmente extinta no novo texto. Para substituí-la, o ministro do Trabalho, Almir Pazianotto, apresentou uma nova fórmula. A sua proposta irá garantir o emprego no sentido de evitar as demissões sem justa causa, prevendo indenizações que aumentam progressivamente de acordo com o tempo de serviço do trabalhador demitido sem a comprovação judicial da ocorrência de falta grave, que justificam a dispensa por justa causa.
REFORMA AGRÁRIA — De acordo com o princípio do imóvel rural deve cumprir função social, a Reforma Agrária, pela desapropriação por interesse social, da desapropriação territorial rural improdutiva, em zonas prioritárias, mediante pagamento de prévia e justa indenização. A indenização das terras nuas será paga em títulos da dívida agrária, com cláusula de exata correção monetária, resgatáveis em até 20 anos, em parcelas anuais iguais e sucessivas, acrescidas de juros legais. A indenização das benfeitorias será paga sempre previamente em dinheiro.	REFORMA AGRÁRIA — A imissão de posse imediata — o maior ponto de entrave da atual proposta de Reforma Agrária — permanece no novo texto. Mas a nova fórmula encontrada com a participação inclusive de representantes da UDR, prevê que, mediante a desapropriação pela União, o proprietário poderá recorrer da decisão na Justiça agrária. Se a Justiça concluir que a desapropriação foi indevida, o Estado fica obrigado a pagar as indenizações em dinheiro e não em títulos da dívida agrária. A decisão favorável ao proprietário, entretanto, não invalida a desapropriação.
MANDATO E SISTEMA DE GOVERNO — O mandato do atual presidente da República será de 5 anos e terminará em 15 de março de 1990. O sistema de governo será parlamentarista, sendo o primeiro-ministro o chefe do governo e o presidente o chefe do Estado.	MANDATO E SISTEMA DE GOVERNO — Estas duas questões, basicamente não serão alteradas. O Substitutivo manterá o mandato do atual presidente em 5 anos, como no projeto, preservando também a proposta de parlamentarismo. A diferença entre os dois textos é a conciliação do novo sistema, que deverá ser ainda mais parlamentarista. Mas os relatores e lideranças ainda não definiram o detalhamento. Estes dois pontos serão mantidos, pois foram um dos únicos que não alcançaram consenso e serão resolvidos no voto, em plenário.

Richa e Scalco levam hoje a Cabral projeto Hércules

O relator da Sistematização, deputado Bernardo Cabral, receberá hoje às 10 horas, o substitutivo elaborado pelo grupo dos 32, do senador José Richa — denominado Projeto Hércules — contendo também algumas sugestões de emendas feitas pelo grupo do consenso, coordenado pelo deputado Euclides Scalco. A entrega será feita oficialmente no 24º andar do Banco do Brasil pelos senadores Afonso Arinos (PFL-RJ), presidente da Sistematização, Virgílio Távora (PDS-CE), Maurício Corrêa (PDT-DF) e pelos deputados Israel Pinheiro Filho (PMDB-MG) e Francisco Dornelles (PFL-RJ).

Após várias semanas de discussão, os constituintes que integram o Grupo dos 32 conseguiram chegar a um acordo sobre vários temas, reunidos no Projeto Icaro, introduzindo algumas modificações importantes ao anteprojeto do relator Bernardo Cabral. A fase mais difícil dos trabalhos foi obter um entendimento com os integrantes do Grupo do consenso, coordenado por Scalco. Os progressistas não aceitaram que se modificasse o que foi acordado na Comissão da Ordem Social sobre estabilidade e jornada de trabalho. Em contrapartida, o grupo dos 32 avançou na questão agrária, ao aceitar a missão de posse pela União. Eles não conseguiram, porém, se entender na maneira como se dará essa imissão — se imediata ou com prazo para que o expropriado recorra da sentença.

Dentre os temas considerados polêmicos, o substitutivo Hércules vai propor, por exemplo, que a nova Constituição vetee a concessão de contratos de risco para a exploração de petróleo no Brasil. A dúvida que permanecia até ontem à noite é quanto aos contratos já existentes.

Reforma Agrária: os dois grupos não conseguiram chegar a um consenso. Concordearam com a necessidade de se introduzir a imissão da posse no texto constitucional sobre questão agrária, para efeito de

desapropriação dos imóveis rurais. Até ontem à noite, a polêmica era qual prazo seria dado ao proprietário para que recorresse à Justiça. O grupo dos 32 propôs um prazo de dois anos para que a Justiça estipule o preço da indenização. O senador Maurício Corrêa (PDT-DF) acha a proposta inviável, diante da morosidade dos processos judiciais.

Empresa Nacional: o substitutivo Hércules define que será considerada nacional a empresa com sede e constituída no País, com controle decisório e de capital em mãos de brasileiros. Essa é a empresa genuinamente nacional, com direito a receber os benefícios fiscais ou creditícios. Mas define também a empresa nacional com capital estrangeiro, para efeito de tributação e remessa de lucros.

Reserva de Mercado: para evitar conflitos com os organismos internacionais, o termo reserva de mercado será substituído por "proteção temporária" para as empresas cujo fator de produção dependam de tecnologia de interesse da defesa nacional, considerada estratégica. A proteção cessará assim que determinarem os interesses do País.

Questão Urbana: fica definido que a propriedade urbana terá função social que se não for cumprida, torna-se passível de desapropriação por interesse social. Será estabelecido ainda imposto progressivo para os imóveis que não estiverem sendo racionalmente aproveitados. O usucapião será outorgado num prazo de 4 anos para quem possuir o imóvel, cujo proprietário reside no País e em 8 anos se o dono de imóvel residir no exterior.

Comunicação: esse tema foi objeto de consenso entre os dois grupos. Será criado um Conselho de Comunicação, com representantes do Executivo, do Legislativo e da sociedade, a fim de efetivar as concessões de canal de rádio e televisão. A indicação dos integrantes desse Conselho será regulamentada por lei complementar.

Saúde: foi acordada a proposta para a criação de um sistema único de saúde. Todas as ações do Governo sobre esse setor ficarão a cargo de um só ministério. Para facilitar a prestação de serviços, junto à sociedade, os Estados e Municípios terão sistemas de saúde descentralizados.

Sistema Financeiro: concordaram em manter o que foi proposto pelo anteprojeto do relator, Bernardo Cabral.

Estabilidade e Jornada de Trabalho: Não houve consenso sobre esse assunto, o grupo liderado pelo deputado Scalco admite que, dificilmente, a Assembléia Nacional Constituinte aprovará o que foi proposto pela Comissão Social. No entanto, não quiseram introduzir modificações que pudessem ser consideradas retrocesso. O grupo dos 32, do senador Richa, não quer estabilidade, mas proíbe a demissão arbitrária. Quanto à jornada, fixa um período de trabalho mínimo de oito horas por dia, porém, admite que os trabalhadores negociem coletivamente para que a jornada seja reduzida gradativamente.

Melo Ambiente: fica previsto o crime ecológico. As obras de impacto ambiental terão que passar pela aprovação do Congresso Nacional.

O senador Virgílio Távora acredita que o substitutivo Hércules que será dividido em sugestões à Comissão de Sistematização, resultará em mais de 30 emendas. Ele destacou, no entanto, que a iniciativa do grupo dos 32 não pretende representar a maioria dos constituintes da Assembléia Nacional Constituinte. Assegurou que os constituintes tiveram condições de aprofundar os debates nos temas considerados mais polêmicos, embora em muitos deles não tenham sido possível se obter um resultado de consenso.

O Hércules terá cerca de 260 artigos e será entregue a todas as lideranças partidárias. Ele não tratará também de regime de governo e anistia.